



1

CONCURSO COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – RJ

CONCURSO PÚBLICO

VESPERTINO

PROVA OBJETIVA – ESPECIALISTA PORTUÁRIO – DIREITO

Leia atentamente as INSTRUÇÕES:

1. Confira seus dados no cartão-resposta: nome, número de inscrição, cargo para o qual se inscreveu.
2. Assine seu cartão-resposta.
3. Aguarde a autorização do Fiscal para abrir o caderno de provas. Ao receber a ordem do fiscal, confira o caderno de provas com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões ou falha de impressão será aceita depois de iniciada a prova.
4. Sua prova tem **60** questões, com **4** alternativas.
5. Preencha toda a área do cartão-resposta correspondente à alternativa de sua escolha, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas ou rasuradas ou marcadas diferente do modelo estabelecido no cartão-resposta poderão ser anuladas.
6. O cartão-resposta não será substituído, salvo se contiver erro de impressão.
7. Cabe apenas ao candidato a interpretação das questões, o fiscal não poderá fazer nenhuma interferência.
8. A prova será realizada com duração máxima de **4h**, incluído o tempo para a realização da prova objetiva e o preenchimento do cartão-resposta.
9. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas depois de decorrida **1h** do início das mesmas. Contudo, não poderá levar consigo o caderno de provas enquanto não obtiver autorização expressa para tanto, sob pena de ser excluído do concurso.
10. O candidato somente poderá se retirar da sala de provas levando o caderno de provas depois **1h30min** do início das mesmas.
11. Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar o cartão-resposta preenchido e assinado, ao fiscal de sala.
12. Os **3** (três) últimos candidatos que realizarem a prova devem permanecer na sala para acompanhar o fechamento do envelope contendo os cartões-resposta dos candidatos presentes e ausentes e assinar a ata de sala atestando que o envelope foi devidamente lacrado.

BOA PROVA!

**PROVA OBJETIVA – ESPECIALISTA PORTUÁRIO – DIREITO
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

01. Considerando o conceito de Direito Administrativo, como “o conjunto harmônico de princípios jurídicos que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas tendentes a realizar concreta, direta e imediatamente os fins desejados pelo Estado”, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Por reger as atividades públicas tendentes a realizar concreta, direta e imediatamente os fins desejados pelo Estado, podemos afirmar que o Direito Administrativo não se intromete nas atividades estatais legislativas (elaboração legislativa), judiciais (decisões judiciais típicas) e nas ações sociais do Estado (ditas mediatas).
- b) O Direito Administrativo volta-se aos aspectos dinâmico e funcional do Estado.
- c) Atuando como administradores de seus serviços, bens ou de seu pessoal, os Poderes Legislativo e Judiciário são regidos pelo Direito Administrativo.
- d) Independentemente de serem tipicamente administrativas ou não, as atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário sofrerão a ingerência do Direito Administrativo.

02. Considerando posicionamento que “a invalidação dos atos administrativos inconvenientes, inoportunos ou ilegítimos constitui tema de alto interesse tanto para a Administração como para o Judiciário, uma vez que a ambos cabe, em determinadas circunstâncias, desfazer os que se revelarem inadequados aos fins visados pelo Poder Público ou contrários às normas legais que os regem”, analise as alternativas abaixo e assinale a INCORRETA:

- a) O controle dos atos administrativos pode ser presenciado em dois momentos, sendo um interno, no âmbito da própria Administração, e outro externo, realizado pelo Poder Judiciário.
- b) Em regra, o ato administrativo anulado mantém seus efeitos até a data de sua anulação, ao passo que, os efeitos da revogação retroagem a data de origem do ato revogado.
- c) A anulação impõe a ilegalidade ou ilegitimidade do ato administrativo, sendo feita pelo Poder Judiciário, e também pela própria Administração.
- d) Sendo um ato administrativo legítimo e eficaz, sua invalidação se dará através de revogação.

03. No tocante à anulação dos atos administrativos, a legislação que normatiza o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal prevê que, o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários, decai em:

- a) Cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- b) Dez anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- c) Quinze anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- d) Vinte anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

04. Sabendo-se da distinção entre reajuste e revisão do contrato administrativo, analise as situações abaixo e assinale a alternativa que motiva o reajustamento contratual:

- a) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior.
- b) A desvalorização da moeda.
- c) O fato do príncipe.
- d) O fato da Administração.

05. Acerca das formas de provimentos derivados previstos no ordenamento jurídico, podemos afirmar:

- a) Reversão é a recondução do servidor ao mesmo cargo de que fora demitido, uma vez reconhecida a ilegalidade da demissão em decisão judicial ou administrativa.
- b) Reintegração é o retorno ao cargo anteriormente ocupado pelo servidor, em decorrência de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.
- c) Aproveitamento é o retorno compulsório à atividade do servidor em disponibilidade, em cargo de atribuições e remuneração compatíveis com o anteriormente ocupado.
- d) Readaptação é o retorno à atividade do servidor aposentado por invalidez, em decorrência de declaração da junta médica oficial.

06. Concurso público é o meio pelo qual a administração pública efetua a seleção de candidatos ao provimento de cargo ou emprego público. Sobre o tema concurso público, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A exigência de concurso público não incidirá nas contratações para preenchimento dos cargos em comissão e empregos com essa natureza.
- b) A Constituição Federal (art. 37, IV) prevê hipótese em que o candidato aprovado no concurso público será preterido no provimento do cargo respectivo.
- c) Consoante imposição constitucional, os concursos públicos só podem ser de provas ou de provas e títulos.
- d) Nos concursos públicos, a obrigatoriedade de reserva de vagas aos candidatos portadores de necessidades especiais tem caráter absoluto, não se levando em conta a natureza da deficiência e as atribuições do cargo em disputa.

07. O ordenamento jurídico estabelece inúmeros deveres voltados aos servidores públicos, visando o bom desempenho de seus encargos e o regular funcionamento dos serviços públicos por eles prestados. Dentre os deveres impostos aos servidores públicos, analise os itens I a III abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I – O dever de lealdade impede que o servidor atue contra os fins e os objetivos legítimos da Administração, pois que, se assim agisse, incorreria em infidelidade funcional.

II – O dever de eficiência decorre do princípio constitucional da moralidade administrativa e impõe ao servidor público a obrigação de jamais desprezar o elemento ético de sua conduta.

III – O dever de obediência impõe ao servidor o acatamento às ordens de seus superiores e sua fiel execução, independentemente da legalidade ou não do ato, diante da subordinação hierárquica a que o servidor está submetido.

- a) Os itens I e II estão corretos.
- b) Os itens I e III estão corretos.
- c) Os itens II e III estão incorretos.
- d) Todos os itens estão incorretos.

08. Quanto à responsabilidade Civil da Administração, podemos afirmar:

a) Um dos pressupostos para a aplicação da responsabilidade objetiva do Estado é a relação de causalidade entre o fato administrativo e o dano ocorrido.

b) O reconhecimento da responsabilidade da Administração, bem como, de seus agentes exige dos lesados pela conduta estatal a prova da existência da culpa ou dolo do agente ou do serviço.

c) Caberá à Administração o direito de regresso contra o agente faltoso, independentemente de culpa ou dolo.

d) No Brasil, a responsabilidade civil da Administração adota a teoria objetiva da culpa, sob a modalidade do risco integral.

09. Segundo o Código Civil, aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral:

- a) O pratica em legítima defesa.
- b) Age em exercício regular de um direito reconhecido.
- c) Comete ato injusto.
- d) Comete ato ilícito.

10. Na locação de coisas, uma das partes se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de coisa não fungível, mediante certa retribuição. Nestes termos é CORRETO dizer que:

a) O locador é obrigado a levar ao conhecimento do locatário as turbações de terceiros, que se pretendam fundadas em direito.

b) Se, notificado o locatário, não restituir a coisa, pagará, enquanto a tiver em seu poder, o aluguel que o locador arbitrar, e responderá pelo dano que ela venha a sofrer, embora proveniente de caso fortuito.

c) Se a coisa for alienada durante a locação, o adquirente ficará obrigado a respeitar o contrato, ainda que nele não seja consignada a cláusula da sua vigência no caso de alienação.

d) Se o locatário empregar a coisa em uso diverso do ajustado, ou do que se destina, ou se ela se danificar por abuso do locatário, poderá o locador rescindir o contrato, sem, contudo, exigir perdas e danos.

11. Nos termos do Código Civil, aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Quanto a isso é CORRETO dizer que:

a) Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressalvar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição.

b) O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, ainda que prove culpa da vítima ou força maior.

c) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança.

d) A responsabilidade civil é independente da criminal, mas ainda é possível questionar sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

12. A prestação de serviços, regulamentada pelo Código Civil, é aquela em que uma das partes se obriga a fornecer à outra um trabalho, intelectual ou manual, com ou sem retribuição. Diferentemente é o contrato de trabalho, previsto na CLT – Consolidação das Leis de Trabalho, que:

- a) Não exige vínculo empregatício.
- b) Não é obrigatoriamente contínuo.
- c) Há subordinação jurídica.
- d) É trabalho autônomo.

13. Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país 45 (quarenta e cinco) dias depois de oficialmente publicada. Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia:

- a) 6 meses depois de oficialmente publicada.
- b) 5 meses depois de oficialmente publicada.
- c) 3 meses depois de oficialmente publicada.
- d) 1 mês depois de oficialmente publicada.

14. Em análise à prestação de serviços, estipulada pelo Código Civil, é CORRETO dizer que:

- a) No contrato de prestação de serviço, quando qualquer das partes não souber ler, nem escrever, o instrumento poderá ser assinado a rogo e subscrito por três testemunhas.
- b) Não havendo prazo estipulado, nem se podendo inferir da natureza do contrato, ou do costume do lugar, qualquer das partes, a seu arbítrio, mediante prévio aviso, pode resolver o contrato. Dar-se-á o aviso com antecedência de dez dias, se o salário se houver fixado por tempo de um mês, ou mais.
- c) Aquele a quem os serviços são prestados, poderá transferir a outrem o direito aos serviços ajustados, e o prestador de serviços, ainda que sem aprazimento da outra parte, poderá dar substituto que os preste.
- d) Aquele que aliciar pessoas obrigadas em contrato escrito a prestar serviço a outrem pagará a este a importância que ao prestador de serviço, pelo ajuste desfeito, houvesse de caber durante dois anos.

15. No tocante à locação de coisa, em se tratando de imóvel, e ainda no caso em que o locador não esteja obrigado a respeitar o contrato, não poderá ele despedir o locatário, senão observado o prazo de:

- a) Cento e vinte dias após a notificação
- b) Noventa dias após a notificação.
- c) Sessenta dias após a notificação.
- d) Trinta dias após a notificação.

16. Assinale a opção INCORRETA, em relação ao Mandado de Segurança:

- a) Não cabe Mandado de Segurança quando houver recurso administrativo com efeito suspensivo.
- b) O mandado de segurança tutela direito líquido e certo não amparado por habeas corpus ou habeas data.
- c) O Mandado de segurança é uma ação constitucional, de natureza penal, cujo objeto é a proteção de direito líquido e certo, lesado ou ameaçado de lesão, somente por ato de autoridade pública.
- d) Não cabe Mandado de Segurança contra decisão judicial com trânsito em julgado.

17. O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Não possui conteúdo normativo, tal qual o preâmbulo da Constituição Federal.
- b) As disposições transitórias interligam-se com o princípio da recepção.
- c) Consigna mandamentos que não se extinguirão por terem cumprido sua tarefa no tempo e no espaço.
- d) Contém apenas os princípios fundamentais da Constituição Federal.

18. No que diz respeito aos direitos políticos, assinale a opção INCORRETA:

- a) Reconhecida a incapacidade civil absoluta, mediante sentença que decreta a interdição, ocorre a suspensão dos direitos políticos, mas, não, a perda de tais direitos.
- b) A Constituição Federal dispõe que o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios, mas também estabelece hipóteses de facultatividade.
- c) São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.
- d) A Soberania Popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos e, nos termos da lei, mediante somente plebiscito e referendo.

19. Acerca da disciplina dos direitos fundamentais, analise as seguintes afirmativas:

I - A Constituição Federal protege o direito à vida, porém em caso de guerra declarada tolera a pena de morte.

II - As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação mediata.

III - Segundo a Constituição Federal de 1988 é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.

IV - A Constituição de 1988 dispõe que é plena a liberdade de associação para fins lícitos, sem nenhuma vedação.

V - A Constituição Federal assegura a todos o direito de reunião pacífica em locais abertos ao público, desde que mediante autorização prévia da autoridade competente e que não se frustrate outra reunião prevista para o mesmo local.

Somente é CORRETO o que afirma em:

- a) I e III.
- b) II e IV.

- c) III e V.
- d) I e V.

20. Em relação ao remédio constitucional, Mandado de Injunção, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Será concedido sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes a nacionalidade, a soberania e a cidadania.
- b) Consiste em uma ação constitucional de caráter civil e de procedimento especial.
- c) Visa suprir a omissão do Poder Público e visa ao combate à síndrome da inefetividade das normas constitucionais.
- d) Caberá também o referido mandado sob a alegação de reclamar a edição de norma regulamentadora de dispositivo constitucional, pretendendo a sua alteração.

21. Com relação ao preâmbulo da Constituição Federal, assinale a opção CORRETA.

- a) Vale como norma jurídica.
- b) A doutrina constitucional majoritária e a jurisprudência do STF consideram que o preâmbulo constitucional não tem força cogente, não valendo, pois, como norma jurídica.
- c) É o conjunto de princípios que, assim, criam direitos, deveres e serve de interpretação.
- d) O preâmbulo constitucional pode servir de paradigma comparativo para a declaração de inconstitucionalidade.

22. Assinale a alternativa INCORRETA. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais elencados no texto constitucional:

- a) Seguro desemprego, em qualquer caso de desemprego.
- b) Irredutibilidade de salário, salvo se disposto em convenção ou acordo coletivo.
- c) Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
- d) Licença-paternidade, nos termos fixados em lei.

23. Sobre o direito público, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Direito público é o ramo do direito que pode ser explicado como um grande ramo de normas que possuem natureza pública, na qual o Estado atua com seu poder, por ser um tema de relevante caráter social e organizacional da sociedade.
- b) Dessa forma pode-se dizer que são ramos do Direito Público: o Direito Constitucional, Administrativo, Financeiro, Penal, Internacional Público, Internacional Privado, Direito Processual e Direito Empresarial.
- c) O princípio que rege o Direito Público é o Princípio da Supremacia do interesse público em face do interesse individual. Com isto será sempre priorizado o interesse geral em detrimento do interesse individual de cada pessoa, devendo este submeter-se àquele. Quando se trata da relação entre dois ou mais Estados, ocorre o Direito Internacional Público.
- d) Tradicionalmente, o direito se divide nas categorias de Direito Público e Direito Privado.

24. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de acordo com as classificações das constituições, pode ser assim classificada em:

- a) Analítica, formal, rígida, por seu processo mais dificultoso e dogmática.
- b) Formal, flexível e escrita.
- c) Outorgada, material e rígida, por ser imutável.
- d) Flexível e outorgada, por ter sido elaborada sem a participação do povo.

25. Em relação à Seguridade Social, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social e será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei.
- b) Poderá ser exigida do empregador contribuição social para o custeio da Seguridade Social, incidente sobre a receita ou o faturamento e o lucro.
- c) É facultativa a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoas participantes de regime próprio de previdência.
- d) Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição, pois não apresenta natureza de seguro social.

26. Assinale a alternativa INCORRETA, segundo a teoria do Poder Constituinte:

- a) Modernamente, é predominante que a titularidade do poder constituinte pertence ao povo.
- b) O originário caracteriza-se por ser inicial, ilimitado e autônomo e o derivado caracteriza-se por ser derivado, subordinado e condicionado.
- c) O poder constituinte Derivado conhece limitações constitucionais somente expressas.
- d) O poder constituinte reformador consiste na possibilidade de alteração do texto constitucional, sendo exercitado pelo Congresso Nacional.

27. Em relação ao controle de constitucionalidade de leis, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A idéia do controle de constitucionalidade está ligada à Supremacia da Constituição sobre todo o ordenamento jurídico e também a proteção dos direitos fundamentais.
- b) Pode propor a Ação Direta de Inconstitucionalidade a Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal, entre outros elencados no art. 103 da Constituição Federal.
- c) Não tem legitimidade para propor a ação direta de inconstitucionalidade o Advogado Geral da União.
- d) O controle preventivo é realizado sempre dentro do processo legislativo e apenas pelas Comissões de Constituição e Justiça.

28. A respeito das emendas constitucionais assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Não poderá ser emendada somente na vigência de intervenção federal.
- b) As cláusulas pétreas correspondem à limitação material, assim não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos poderes e os direitos e garantias individuais.
- c) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- d) É plenamente possível a incidência do controle de constitucionalidade, difuso ou concentrado, sobre emendas constitucionais.

29. Em relação ao Meio Ambiente, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A Constituição Federal previu diversas regras, divisíveis e quatro grupos: regras de garantia, de competência, gerais e específicas.
- b) Proclama a Constituição que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.
- c) Prescreve em seu texto constitucional normas facultativas e obrigatórias de atuação da Administração Pública.
- d) As condutas e atividades lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, as sanções penais e administrativas, independentemente de reparar os danos causados.

30. Acerca da Intervenção Federal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A regra é a autonomia dos entes federativos.
- b) A intervenção consiste em medida excepcional de supressão temporária da autonomia de determinado ente federativo.
- c) Em regra, a União somente poderá intervir nos Estados-Membros e os Estados poderão intervir no Distrito Federal e nos municípios integrantes de seu território.
- d) Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos voltarão, salvo impedimento legal.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo com atenção para responder às questões:

Muito do que gastamos (e nos desgastamos) nesse consumismo feroz podia ser negociado com a gente mesmo: uma hora de alegria em troca daquele sapato. Uma tarde de amor em troca da prestação do carro do ano; um fim de semana em família em lugar daquele trabalho extra que está me matando e ainda por cima detesto.

Não sei se sou otimista demais, ou fora da realidade. Mas, à medida que fui gostando mais do meu jeans, camiseta e mocassins, me agitando menos, querendo ter menos, fui ficando mais tranqüila e mais divertida. Sapato e roupa simbolizam bem mais do que isso que são: representam uma escolha de vida, uma postura interior.

Nunca fui modelo de nada, graças a Deus. Mas amadurecer me obrigou a fazer muita faxina nos armários da alma e na bolsa também. Resistir a certas tentações é burrice; mas fugir de outras pode ser crescimento, e muito mais alegria.

Cada um que examine o baú de suas prioridades, e faça a arrumação que quiser ou puder. Que seja para aliviar a vida, o coração e o pensamento - não para inventar de acumular ali mais alguns compromissos estéreis e mortais.

Luft, Lya, *Pensar é Transgredir*, Record, disponível em: <http://cris57.blogspot.com/2008/04/prioridades-uma-crnica-de-lya-luft.html>
(acesso: 16 abr. de 2010)

31. As trocas aconselhadas pela autora no primeiro parágrafo demonstram que ela só NÃO sugere que devemos:

- a) Abolir totalmente o consumismo de nossas vidas.
- b) Pensar antes de consumirmos tanta coisa.
- c) Dar mais valor às pessoas que nos rodeiam do que aos bens materiais.
- d) Conscientizar- nos de que o dinheiro não é tudo em nossas vidas.

32. De acordo com o texto, só NÃO está correto afirmar que quando a autora:

- a) Percebeu de fato o valor dos bens imateriais, passou a entreter-se mais.
- b) Aprendeu a gostar do que possuía, ficou mais divertida.
- c) Amainou seus anseios e ambições, tornou-se mais serena.
- d) Exacerbou os gastos, tornou-se uma pessoa menos agitada.

33. Observe o trecho: “Mas amadurecer me obrigou a fazer muita faxina nos armários da alma”. Nele, há o uso da:

- a) Linguagem conotativa.
- b) Linguagem denotativa.
- c) Linguagem informal, típica da fala.
- d) Linguagem formal, típica destes textos.

34. “Não sei se sou otimista demais (...)”

A respeito do período apresentado, está CORRETO afirmar que:

I. Trata-se de um período composto.

II. Trata-se de um período simples.

III. É um período formado por subordinação.

IV. É um período composto formado por coordenação.

V. “se sou otimista demais” é classificada como oração subordinada substantiva objetiva direta.

VI. “se sou otimista demais” é classificada como oração subordinada substantiva subjetiva.

VII. “Não sei” é classificada como oração principal.

VIII. Não há oração principal no período.

- a) I, III, V, VII.
- b) I, III, VI, VIII.
- c) II, III, VI, VII.
- d) II, IV, V, VIII.

35. “Resistir a certas tentações é burrice”. O termo destacado no trecho tem a mesma função do vocábulo destacado em:

- a) Encontrou-a muito assustada e ofegante.
- b) Ele está apto a cursar a faculdade agora.
- c) Este estilo musical é típico da Bahia.
- d) Passou a sentir-se a pior de todas as pessoas.

36. “Cada um que examine o baú de suas prioridades” O verbo em destaque está no:

- a) Presente do indicativo- como em: “Examine este material, por favor,”.
- b) Imperativo afirmativo- como em: “Participe da promoção e concorra a prêmios”.
- c) Presente do subjuntivo- como em: “Até que a morte os separe”.
- d) Futuro do presente do indicativo, como em: “Espera-se que encontrem a cura para o câncer”.

37. “e faça a arrumação”. Analisando sintaticamente esta oração, tem-se:

- a) Sujeito indeterminado, predicado verbo-nominal e objeto direto.
- b) Sujeito simples, predicado verbal e objeto indireto.
- c) Sujeito elíptico, predicado verbal e objeto direto.
- d) Sujeito inexistente, predicado verbal e objeto indireto.

38. A concordância verbal só NÃO obedece à norma na alternativa:

- a) Falou-se muito bem sobre os projetos.
- b) Pensa-se em soluções para os problemas.
- c) Acreditam-se nas falsas promessas.
- d) Dão-se aulas de português.

39. A regra que explica o uso do acento grave em: “Mas, à medida que fui gostando mais do meu jeans, camiseta e mocassins, me agitando menos (...)”, é:

- a) Usa-se o acento indicativo de crase em todas as locuções adverbiais femininas.
- b) Usa-se o acento indicativo de crase em algumas locuções adverbiais de tempo.
- c) Usa-se o acento indicativo de crase em todas as locuções prepositivas femininas.
- d) Usa-se o acento indicativo de crase em certas locuções conjuncionais femininas.

40. O aviso, o ofício e o memorando só NÃO deve conter a seguinte parte:

- a) Tipo e número do expediente, seguido da sigla do órgão que o expede.
- b) Vocativo: o nome e o cargo da pessoa que redige a comunicação.
- c) Local e data em que foi assinado, por extenso, com alinhamento à direita.

c) Assunto: resumo do teor do documento.

RACIOCÍNIO LÓGICO

41. Aline, Bruna e Carla são irmãs e cada uma possui um carro. Um dos carros é preto, outro é prata e o terceiro é branco. Sabe-se que:

- 1) Ou o carro da Aline é preto ou o carro da Bruna é preto.
- 2) Ou o carro da Aline é prata ou o carro da Carla é branco.
- 3) Ou o carro da Bruna é branco ou o carro da Carla é branco.
- 4) Ou o carro da Carla é prata ou o carro da Bruna é prata.

Portanto, podemos concluir que:

- a) O carro da Aline é prata.
- b) O carro da Bruna é preto.
- c) O carro da Carla é prata.
- d) O carro da Carla é branco.

42. Dizer que é falsa a afirmação: “Todos os rios são poluídos” é logicamente equivalente a dizer que é verdadeira a afirmação:

- a) Todos os rios são limpos.
- b) Alguns rios são poluídos.
- c) Nenhum rio é poluído.
- d) Alguns rios não são poluídos.

43. Na prova de um concurso, analisando a nota dos quatro melhores candidatos, temos que Carlos obteve a mesma nota que Cláudio e maior do que a de Caio. Clarissa obteve a mesma nota que Caio. Logo, é CORRETO afirmar que:

- a) Carlos obteve nota menor que a de Clarissa.
- b) Cláudio obteve nota maior que a de Clarissa.
- c) Clarissa obteve nota maior que a de Cláudio.
- d) Caio obteve nota maior que a de Cláudio.

44. Durante um julgamento, estavam sendo acusados José, Ricardo e Flávio separadamente, ou seja, podiam ser culpados os três, dois deles ou somente um. O advogado fez as seguintes afirmações:

- Flávio não é inocente;
- Se José é inocente, então Ricardo é culpado;
- Ou o Flávio é culpado ou o Ricardo é culpado, mas não os dois.

Analisando essas afirmações, e sabendo que eram todas verdadeiras, o júri pode concluir que:

- a) José e Flávio são os culpados e Ricardo é inocente.
- b) José e Ricardo são os culpados e Flávio é inocente.
- c) Ricardo e Flávio são os culpados e José é inocente.
- d) Flávio é culpado e José e Ricardo são inocentes.

45. Considerando que seja verdade que: “Pelo menos um C é B” e que “Nenhum A é B”, então é necessariamente verdadeiro que:

- a) Pelo menos um C não é A.
- b) Algum A é C.
- c) Nenhum C é A.
- d) Pelo menos um C é A.

46. Uma urna contém 10 bolas vermelhas e 8 bolas verdes. Retirando-se 3 dessas bolas, ao acaso, sem reposição, qual é a probabilidade de duas serem vermelhas e uma verde?

- a) $\frac{5}{17}$
- b) $\frac{15}{17}$
- c) $\frac{5}{34}$
- d) $\frac{15}{34}$

47. Durante 15 dias, funcionando certo número de horas por dia, 10 máquinas produzem 75.000 peças. Se 3 dessas máquinas quebrarem, quantos dias as máquinas restantes levarão para produzir 56.000 peças, funcionando o mesmo número de horas por dia?

- a) 16 dias.
- b) 12 dias.
- c) 10 dias.
- d) 8 dias.

48. Quantos números pares com algarismos distintos têm entre 999 e 5.001?

- a) 560.
- b) 1008.
- c) 1120.
- d) 2520.

49. Analise os argumentos a seguir:

Argumento I - Se eu for para Hollywood, então me torno artista de cinema.

Eu não me tornei artista de cinema.

Logo, eu não fui para Hollywood.

Argumento II - Se o cão está bravo, então ele morde.

O cão não está bravo.

Logo, ele não morde.

Assinale a alternativa CORRETA, sobre os argumentos serem válidos ou inválidos.

- a) I e II são válidos.
- b) I é inválido e II é válido.
- c) I é válido e II é inválido.
- d) I e II são inválidos.

50. Dividi igualmente 3.530 chicletes entre n alunos e me sobraram 5 unidades. No dia das crianças dividi 9.715 balas igualmente entre os mesmos alunos e restaram 40. Quantos alunos eu tenho?

- a) 25 alunos.
- b) 47 alunos.
- c) 75 alunos.
- d) 129 alunos.

GESTÃO PORTUÁRIA

51. A abertura dos Portos do Brasil foi um decreto de:

- a) D. Pedro I.
- b) D. João VI.
- c) D. Pedro II.
- d) Almirante Graça Aranha.

52. A abertura dos Portos do Brasil é datada de:

- a) 28 de Janeiro de 1808.
- b) 15 de Fevereiro de 1808.
- c) 23 de Fevereiro de 1809.
- d) 17 de Março de 1809.

53. Pelo decreto de 7 de Junho de 1809 criou-se a (o):

- a) Marinha Mercante.
- b) Marinha de Guerra.
- c) Mesa de Despacho Marítimo.
- d) Ministério da Marinha.

54. A primeira sede da Diretoria dos Portos e Costas pode ser encontrada ao considerar-se o inserido no Relatório do Ministro da Marinha, Almirante:

- a) Graça Aranha.
- b) Tamandaré.
- c) Carlos Epaminondas Becker.
- d) Alexandrino Faria de Alencar.

55. Sobre o prazo de concessão de Portos Organizados, podemos encontrar a seguinte afirmação VERDADEIRA no Decreto 6.620 de 29 de outubro de 2008:

- a) O prazo da concessão será de até quinze anos, podendo, mediante justificativa, ser prorrogado mais de uma vez, por prazo máximo igual ao período originalmente contratado.
- b) O prazo da concessão será de até vinte e cinco anos, podendo, mediante justificativa, ser prorrogado uma única vez, por prazo máximo igual ao período originalmente contratado.

- c) O prazo da concessão será de até trinta anos, podendo, sem necessidade de justificativa, ser prorrogado uma única vez, por prazo máximo igual ao período originalmente contratado.
- d) O prazo da concessão será de até vinte e cinco anos, podendo, sem necessidade de justificativa, ser prorrogado uma única vez, por prazo máximo igual ao período originalmente contratado.

56. O organizador da “Companhia de Estabelecimento da Ponta de Areia”, no porto de Niterói, de onde partiam seus navios destinados à cabotagem na costa brasileira, como também de linhas para o Atlântico Sul, América do Norte e Europa foi:

- a) Almirante Karl Doenitz.
- b) Contra-Almirante Cezar Costa Suape.
- c) Visconde de Mauá.
- d) Almirante Tamandaré.

57. O governo imperial elaborou, em 1869, a primeira lei de concessão à exploração de portos pela iniciativa privada. Isso ocorreu logo após a inauguração da ferrovia:

- a) Rio de Janeiro Railway.
- b) Estrada de Ferro Mamoré.
- c) Estrada de Ferro Rio - Petrópolis.
- d) São Paulo Railway.

58. A Empresa de Portos do Brasil S/A - PORTOBRAS foi criada em:

- a) 1975.
- b) 1976.
- c) 1977.
- d) 1978.

59. A atividade de estiva em um porto corresponde a:

- a) Recebimento de cargas, conferência de cargas, transporte interno, abertura de volumes para conferência aduaneira, manipulação, arrumação, entrega de carregamento e descarregamento de embarcações.
- b) Contagem de volumes, anotações de suas características, procedência ou destino, conferência de notas fiscais, peação e despeação.
- c) A atividade de limpeza, conservação das embarcações, assim como de seus tanques e forragem de porões, pinturas e consertos em geral de embarcações.
- d) Atividade de movimentação de mercadorias no convés e/ou nos porões das embarcações, que podem ser principais ou auxiliares, incluindo transbordo, peação e despeação.

60. Dentro da própria “área primária do porto”, as atividades se dividem em:

- a) Capataz, estiva, guarda de carga, conserto de carga, guarda embarcação, bloco, operador portuário.
- b) Capatazia, estiva, conferência de carga, conserto de carga, vigilância de embarcação, bloco, operador portuário.
- c) Capataz, estiva, conserto de carga, vigilância de embarcação, bloco, operador portuário.
- d) Capatazia, estiva, operador de carga, conserto de carga, operador de deck, bloco, carimbagem de carga, operador de porão naval.

RASCUNHO: